



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 867/11

Declara de Utilidade Pública a Associação da Escola do Campo – Casa Familiar, com sede no Município de Cruz Machado e foro no Município de União da Vitória.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação da Escola do Campo – Casa Familiar Rural – PR, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, com sede no Município de Cruz Machado e foro no Município de União da Vitória.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 23 de maio de 2012.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator







ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Resolução nº 008/12

Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, mês de março de 2012. Resoluções 003/2004 e 003/2009.

Art. 1º Fica aprovada a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, previstas na Resolução nº 003/2004, com as modificações contidas na Resolução nº 003/2009, referente ao mês de março de 2012.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 23 de maio de 2012.

ALEXANDRE CURTI
Presidente

Relator



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.
Fl. 02
SLP

PROJETO DE LEI Nº 786 /2011.

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D.L.

Em 28 SET. 2011

1º Secretário

Declara de Utilidade Pública a Central das Associações dos Agricultores Familiares e Trabalhadores Rurais do Município de Palmital, com sede e foro no Município de Palmital.

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Central das Associações dos Agricultores Familiares e Trabalhadores Rurais do Município de Palmital, com sede e foro no Município de Palmital.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões 14 de setembro de 2011.



Valdir Rossoni

DEPUTADO ESTADUAL



JUSTIFICATIVA

A Central das Associações dos Agricultores Familiares e Trabalhadores Rurais do Município de Palmital tem por objetivo promover o entrosamento entre as associações, articular ações, viabilizar e desenvolver as atividades produtivas dos associados, permitindo maior racionalização no trabalho.

A Central das Associações busca promover o desenvolvimento econômico, social e ambiental, assim como criar e coordenar quadro de assistência técnica para o desenvolvimento sustentável e sobretudo o desenvolvimento humano.

A Associação congrega as famílias dos agricultores e faz orientação no sentido da sustentabilidade das propriedades rurais, bem como concede o apoio inclusive para a construção de casas nessas propriedades.

O trabalho social da Central merece o reconhecimento desta Assembleia Legislativa, recebendo a manifestação favorável à Utilidade Pública.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 2011.

Deputado Valdir Rossoni



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 786/2011

Projeto de Lei nº. 786/2011

Autor: Deputado Estadual Valdir Rossoni

Súmula: *Declara de Utilidade Pública a Central das Associações dos Agricultores Familiares e Trabalhadores Rurais do Município de Palmital, com sede foro no Município de Palmital.*

EMENTA: **DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA**
- LEI Nº 16.888/2011 - REQUISITOS
PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Valdir Rossoni, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **Central das Associações dos Agricultores Familiares e Trabalhadores Rurais do Município de Palmital**, com sede foro no Município de Palmital, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.
(grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, e tem como finalidade a pesquisa para desenvolvimento, cultura e pesquisa de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumpre ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 08 de 05 de 2012.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO GUILTO GENARI
RELATOR

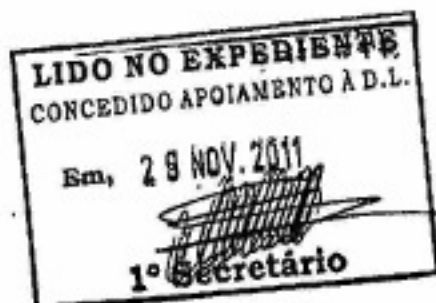


DEP. CHEDA E DEPUTADOS (28)
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PROJETO DE LEI Nº 930/11



Súmula: Dispõe sobre a responsabilidade da destinação dos medicamentos em desuso no Estado do Paraná e seus procedimentos.

Art.1º Todo o resíduo de medicamentos contendo produtos hormonais, antimicrobianos, citostáticos, antineoplásicos, imunossupressores, digitálicos, imunomoduladores, anti-retrovirais, antiinflamatórios, corticóides, e seus derivados, em especial e todos os demais medicamentos de uso humano ou veterinário, deverá ter seu descarte e destinação final conforme a presente lei.

Art.2º As empresas fabricantes, importadoras, distribuidoras, revendedoras de produtos descritos no artigo 1º da presente lei, ficam responsáveis em dar a destinação adequada a esses produtos, mediante procedimentos de coleta, reciclagem (embalagens), tratamento e disposição final.

§1º As empresas descritas no *caput* deste artigo ainda devem prestar assistência aos estabelecimentos que comercializam ou distribuem estes produtos.

§2º É vedado o reuso de medicamentos descartados e coletados na forma desta Lei para uso humano e veterinário.

G



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Art.3º Os estabelecimentos que comercializam ou distribuem os produtos mencionados no art. 1º desta lei, incluindo neste rol as drogarias, farmácias, farmácias de manipulação, farmácias veterinárias e lojas de produtos animais; serviços públicos de saúde, os hospitais, as clínicas e os consultórios sejam eles médicos ou odontológicos que comercializarem ou distribuírem medicamentos ou produtos relacionados no artigo 1º; os hospitais, clínicas e consultórios veterinários que comercializarem ou distribuírem medicamentos ou produtos relacionados no artigo 1º, os laboratórios de exames clínicos, e qualquer outro estabelecimento que comercialize ou distribua medicamentos, mesmo que seja de forma gratuita, como a distribuição de amostras grátis, ficam obrigados a aceitar a devolução das unidades usadas, vencidas, inservíveis, cujas características sejam similares àquelas comercializadas ou distribuídas por estes estabelecimentos.

Art. 4º Os medicamentos ou produtos recebidos na forma do artigo anterior serão acondicionados em embalagens invioláveis, estanques, resistentes a impactos ou ruptura, com acesso inviolável para a retirada dos produtos nelas depositados, identificadas conforme a NBR 7500, acrescidos da indicação "medicamentos vencidos" que serão localizadas nos salões de comercialização ou recepção dos estabelecimentos relacionados na presente lei, de forma segregada e claramente identificada como "recepção de medicamentos vencidos"; obedecendo as recomendações definidas pelos fabricantes ou importadores quanto aos mecanismos operacionais para a coleta, transporte e armazenamento, bem como as demais normas ambientais e de saúde pertinentes, devendo ser processadas de



forma tecnicamente segura e adequada até que seja feito o encaminhamento dessas embalagens aos distribuidores, fabricantes ou importadores, responsáveis pela coleta e transporte para o correto tratamento final.

§1º É proibido o esvaziamento ou reembalagem dos produtos coletados durante todas as fases do processo desde a coleta e transporte interno e externo até o tratamento e/ou destino final estabelecido pelas empresas responsáveis por estas etapas do processo.

§2º Os estabelecimentos relacionados no artigo 2º podem optar pelo encaminhamento dos resíduos coletados diretamente para as unidades de tratamento ou disposição final, devidamente licenciadas na forma da lei.

Art. 5º Os estabelecimentos responsáveis pelo recebimento dos produtos relacionados na presente lei procederão as alterações nos respectivos Planos de Gerenciamentos de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS, incorporando as etapas necessárias para o correto atendimento do disposto nesta lei.

Parágrafo Único. O Responsável Técnico pelo PGRSS será o RT do estabelecimento em questão.

Art. 6º Após a entrega, pelos usuários, dos medicamentos aos pontos de coleta, estes informarão às empresas distribuidoras, revendedoras ou aos fabricantes e importadoras, as quantidades (em kg) dos produtos recebidos juntamente com cópia da respectiva nota de recebimento emitida pela empresa responsável pela coleta, a fim de que sejam tomadas as medidas determinadas pela presente lei.

9



§1º No prazo máximo de 180 (cento e oitenta dias) a partir da publicação da presente lei, os responsáveis pelos estabelecimentos definidos nos termos desta lei providenciarão o recolhimento dos produtos para a destinação final aplicável a cada caso.

§2º Todos os estabelecimentos abrangidos pela presente lei manterão registros escritos dos volumes e massas coletadas, notas de transporte e de tratamento e/ou destinação final para verificação das autoridades responsáveis pela fiscalização sanitária e ambiental.

Art. 7º Os recipientes com sua carga volumétrica completa serão fechados e lacrados, devendo ser armazenados até a coleta em local específico e identificados em conformidade com os dispositivos vigentes para Abrigo de Resíduos Sólidos de Resíduos de Saúde.

Art. 8º Os estabelecimentos responsáveis em dar a destinação adequada aos produtos recolhidos processarão as alterações necessárias para ajustar as obrigações decorrentes do cumprimento do disposto nesta lei nos respectivos PGRSS ou Planos de Gestão de Resíduos Sólidos – PGRS, conforme for o caso, incorporando nos mesmos as etapas sob suas responsabilidades.

Art. 9º Todas as etapas de transporte externo, tratamento e destino final deverão ser executadas em conformidade com a legislação ambiental e sanitária aplicáveis por empresas, veículos e equipamentos devidamente licenciados para tal fim.

Q



§ 1º Os veículos coletores de medicamentos vencidos terão identificação em conformidade com a NBR 7500 e legislação cabível, devendo ser exclusivos para tal finalidade.

§ 2º Os veículos de entrega e distribuição de produtos relacionados na presente lei não poderão proceder a coleta dos produtos recolhidos.

Art. 10 Ficam proibidas as seguintes formas de destinação final dos produtos que trata a presente lei:

I - Lançamento *in natura* a céu aberto, tanto em áreas urbanas quanto rurais.

II - Queima a céu aberto ou em recipientes, instalações ou equipamentos não adequados, não licenciados, conforme legislação vigente.

III - Lançamento em corpos d'água, manguezais, praias, terrenos baldios, poços ou cacimbas, cavidades subterrâneas naturais ou artificiais, em redes de drenagem de águas pluviais, esgotos, eletricidade, telefone, gás natural ou de televisão a cabo, mesmo que abandonadas, ou em áreas sujeitas a inundações;

IV - em aterros sanitários que não sejam de classe I (aterro de resíduos perigosos)

V - lançados na rede de esgoto.

Art. 11 A desobediência ou a inobservância de quaisquer dispositivos desta lei sujeitará o infrator às seguintes penalidades:

I - advertência por escrito, notificando o infrator para sanar a irregularidade no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação, sob pena de multa.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D.L.
F. 07
SLP

II - não sanada a irregularidade, será aplicada multa no valor de 100 (cem) a 1000 (mil) Unidades de Padrão Fiscal do Paraná – UFIR/PR.

III - em caso de reincidência, a multa prevista no inciso anterior será aplicada em dobro;

Art. 12 Compete à vigilância sanitária, a fiscalização ao refere o art. 4º e seus respectivos parágrafos e art. 7º, desta Lei.

Art.13 Compete ao Instituto Ambiental do Paraná- IAP, a fiscalização do disposto no art.9º e seus parágrafos e art.10 desta Lei, nos termos do inciso XIV do art. 1º da Lei 11.352, de 13 de fevereiro de 1996.

Art.14 O Poder Executivo regulamentará a presente lei em até 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 15 Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, em

LUIZ EDUARDO CHEIDA
DEPUTADO ESTADUAL



Senhor Presidente

art 126, R1

Nos termos do Art.70 da Constituição Estadual, os Deputados Estaduais, abaixo-assinados, solicitam o protocolo e a tramitação do Projeto de Lei, de autoria do Deputado LUIZ EDUARDO CHEIDA, cuja a súmula é a seguinte:

SÚMULA: Dispõe sobre a responsabilidade da destinação de medicamentos em desuso no Estado do Paraná e seus procedimentos.

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

Luciana Rofan 2

RASIA RODRIGUES 3

Marla Sures 4

Francisco Siqueira 5

Roberto Junior 6

Luiz Faria 7

Wilson Garcia 8

Aguilinha Gucatti 9

Adelino Ribeiro 10

Mário Moraes 11

Douglas Fabrício 12

Fernando Semanara 13

Pedro Lupin 14

Reni Pereira 15

Pr Edson 16



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

D. L.

08

58

Senhor Presidente

Nos termos do Art.70 da Constituição Estadual, os Deputados Estaduais, abaixo-assinados, solicitam o protocolo e a tramitação do Projeto de Lei, de autoria do Deputado LUIZ EDUARDO CHEIDA, cuja a súmula é a seguinte:

SÚMULA: Dispõe sobre a responsabilidade da destinação de medicamentos em desuso no Estado do Paraná e seus procedimentos.

[Handwritten signatures and names on the left side of the document, including: Paulo, Gilson, Acioffi, and others.]

DEP. PARANHOS. 17

DEP. GILSON DE SOUZA 18

DEP. DONINHO, 19

DEP. ACIOFFI 20

Gilberto R. Silva 21

Ademir Bian 22

Dr. BATISTA 23

JONAS 24

Peirópolis mato 25

Bernardo Carli 26

Amor Bueno 27

TERVO KATO 28

WELTER 29



JUSTIFICATIVA

"Recentemente, o monitoramento de fármacos residuais no meio ambiente vem ganhando grande interesse devido ao fato de muitas dessas substâncias serem freqüentemente encontradas em efluentes de Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs) e águas naturais, em concentrações na faixa de $\mu\text{g/L}$ e ng/L . Stumpf et al.¹ relataram em seu estudo que a presença de fármacos residuais em águas superficiais pode ser um indicativo de contaminação por esgoto das ETEs....

Sendo assim, muitos fármacos residuais resistem a vários processos de tratamento convencional de água.

Em todo mundo, fármacos, tais como, antibióticos^{4,7-10}, hormônios^{2,11-15}, anestésicos^{1,2,6,16}, antilipêmicos^{1,2,6}, meios de contraste de raios-X¹⁷⁻¹⁹, antiinflamatórios^{1,2,20-22} entre outros, foram detectados no esgoto doméstico, em águas superficiais e de subsolo. Na Alemanha, 18 antibióticos foram identificados em efluentes de ETEs e águas superficiais por Hirsch et al.⁸. Ternes et al.^{3,12} detectaram estrogênios em concentrações na ordem de $\mu\text{g/L}$ em efluentes de ETEs."

Q



Com uma parte da introdução da pesquisa "FÁRMACOS NO MEIO AMBIENTE" da pesquisadora Dra. Daniele Maia Bila e Márcia Dezotti, apresentado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, podemos ter uma pequena dimensão do problema que o Brasil e o Paraná devem enfrentar de forma imediata.

O presente Projeto de Lei tem como escopo a aplicação da logística reversa, conforme a Lei Federal 12.305/10, que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos, que introduz o princípio da responsabilidade compartilhada e solidária com relação ao ciclo de vida dos produtos, desde sua geração até o destino final, abrangendo todos os atores da cadeia de produção e consumo, neste caso específico, farmácias, farmácias de manipulação, farmácias veterinárias, lojas de produtos animais; postos de saúde, hospitais, clínicas, consultórios, entre outros estabelecimentos que vendem ou distribuem remédios e também, fabricantes, importadores revendedores a se responsabilizarem pela coleta, armazenamento, transporte e destinação adequada de fármacos que já estão vencidos ou que estejam inservíveis.

Desta maneira desonerando o Poder Público desta árdua tarefa, e garantindo que estes medicamentos não sejam dispensados *in natura* a céu aberto, tanto em áreas urbanas e rurais, nos aterros sanitários convencionais ou ainda pior, que sejam dispensados na rede de esgoto.

G



O CONAMA, e a Legislação ambiental brasileira tem como um princípio norteador que aquele que polui deve se responsabilizar pela despoluição. Em outras palavras aquele que despeja no Meio Ambiente produtos não biodegradáveis naturalmente deve se responsabilizar pela destinação adequada, sem o prejuízo ao Meio Ambiente.

Pela atual forma o Paraná exige que as farmácias e demais estabelecimentos contratem um serviço particular de destinação de resíduos perigosos para apenas algumas substâncias, sendo que a maioria de anti-inflamatórios, antibióticos, hormônios sintéticos, podem ser descartados normalmente com os resíduos convencionais domiciliares, ou ainda, depositados na rede de esgoto.

Obrigar que estes medicamentos, todos eles, tenham uma destinação adequada, desonerando o Poder Público e desonerando os destinatários finais (consumidores), é medida necessária e urgente.

Importante ressaltar que o Projeto de Lei ora apresentado foi construído, por um grupo de trabalho formado pelo Conselho Regional de Farmácia - CRF, a Secretaria de Estado da Saúde - SESA e distribuidores e, com o apoio da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.

4



Diante do exposto, acredito que o presente projeto de Lei trará benefícios ainda incalculáveis para todos os paranaenses e para o nosso ecossistema.


LUIZ EDUARDO CHEIDA
DEPUTADO ESTADUAL



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 930/11

Projeto de Lei nº 930/11

Autor: Deputado Luiz Eduardo Cheida.

Súmula: Dispõe sobre a responsabilidade da destinação dos medicamentos em desuso no Estado do Paraná e seus procedimentos.

EMENTA: RESPONSABILIDADE DA DESTINAÇÃO DOS MEDICAMENTOS EM DESUSO NO ESTADO DO PARANÁ. POSSIBILIDADE. ART. 24 E 225 CF. ART. 207 E 65 DA CE. ART. 124 DO REGIMENTO INTERNO. CONSTITUCIONAL. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida dispõe sobre a responsabilidade da destinação dos medicamentos em desuso no Estado do Paraná e seus procedimentos.

Vale ressaltar que a presente proposição já foi matéria de Projeto de Lei n.º. 075/2011, sendo que recebeu parecer favorável da presente Comissão na data de 24 de fevereiro de 2011, do então relator Deputado Tadeu Veneri.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ocorre que a proposição depois de seguir todos os trâmites legais, foi vetada pelo Governador do Estado, sendo o veto mantido por esta Casa de Leis.

O Projeto foi reapresentado na data de 29 de novembro de 2011, com as devidas assinaturas da maioria absoluta dos Deputados, tornando legal a reapresentação na mesma legislatura, a qual esta sendo matéria de análise novamente por esta Comissão.

A proposta foi baixada em diligência para a Secretaria de Saúde do Estado do Paraná, a qual recebeu parecer técnico favorável pela aprovação.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

O Projeto de Lei em análise tem legalidade para a sua tramitação, haja vista foi reapresentada na mesma legislatura, com as assinaturas da maioria absoluta dos Deputados, conforme prevê o art. 126 do Regimento Interno desta Casa de Leis, senão vejamos:

Art. 126 As matérias de projetos de lei, rejeitados ou não sancionados, assim como a constante de proposta de emenda à Constituição, rejeitada ou havida por prejudicada, somente poderão constituir objeto de novo projeto na mesma Sessão Legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos Membros da Assembléia Legislativa, ressalvadas as proposições de iniciativa do Governador. (Grifo Nosso).

PARECER TÉCNICO DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

A Secretaria informou que no dia 24 de outubro de 2011 houve uma reunião com a assessoria técnica da mesma e representantes do Conselho Regional de Farmácia do Paraná – CRF/PR para tratar do Projeto de Lei em questão. Do encontro ocorreu outra reunião na sede do CRF/PR, sendo que se deu em 22 de novembro de 2011, onde o grupo de trabalho aprovou o Projeto já com as contribuições da Secretaria.

Informa que é pelo parecer favorável, devido as mudanças propostas e aceitas pelo grupo de trabalho formado.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



É de competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal dispor sobre proteção do meio ambiente, da saúde e sua defesa, conforme o artigo 24, incisos VI e XII, da Constituição Federal, determina:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde; (grifos nossos)

Na Carta Magna, temos a garantia ao Meio Ambiente equilibrado e saudável, senão vejamos:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Na mesma esteira, a Constituição do Estado do Paraná também prevê a defesa do meio ambiente e o controle no que tange as substâncias que possam causar prejuízos a população, no caso de medicamentos em desuso, em seu artigo 207, § 1º, VIII senão vejamos:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 207. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Estado, aos Municípios e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as gerações presente e futuras, garantindo-se a proteção dos ecossistemas e o uso racional dos recursos ambientais.

§ 1º. Cabe ao Poder Público, na forma da lei, para assegurar a efetividade deste direito:

VIII - regulamentar e controlar a produção, a comercialização, as técnicas e os métodos de manejo e utilização das substâncias que comportem risco para a vida e para o meio ambiente, em especial agrotóxicos, biocidas, anabolizantes, produtos nocivos em geral e resíduos nucleares;

De acordo com a determinação do Regimento Interno desta Casa de Leis, cumpre ressaltar a competência do nobre deputado para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifo nosso)

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Desta forma, pode-se dizer que o presente projeto complementa no Estado do Paraná a destinação dos medicamentos em desuso, haja vista estar previsto na Constituição Federal, bem como não estar elencado no rol de competência exclusiva do Governador do Estado.

Assim, o presente projeto de Lei encontra guarida constitucional e legal, merecendo análise prévia favorável.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.
Fls. 35
[assinatura]

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**.

Sala das Comissões, 15 de Fevereiro de 2012.

[assinatura]
DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

[assinatura]
DEPUTADO TADEU VENERI

RELATOR



COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 930/2011

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, autuado sob n.º 930/2011, dispõe sobre a responsabilidade da destinação dos medicamentos em desuso no Estado do Paraná e seus procedimentos.

A matéria já recebeu análise, da constitucionalidade e legalidade, da Douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável, opinando pela normal tramitação do projeto.

Por força do art. 33-I, chamada a opinar, a Comissão de Saúde Pública encontra méritos indiscutíveis no Projeto de Lei em tela, pois a proposta tem por finalidade garantir que os medicamentos não sejam dispensados *in natura* a céu aberto, tanto em áreas urbanas e rurais, nos aterros sanitários convencionais ou ainda pior, que sejam dispensados na rede de esgoto.

A Secretaria de Estado da Saúde, manifestou-se em diligencia ao projeto de lei, oportunidade em que emitiu parecer favorável a propositura em questão, que dispõe sobre a logística reversa de medicamentos vencidos.

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em de dezembro de 2011.

DR. BATISTA
Presidente

MARLA TURECK
Relatora



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO



PARECER PROJETO DE LEI Nº 930/11

AUTOR: DEPUTADO LUIZ EDUARDO CHEIDA.

RELATOR: DUÍLIO GENARI

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A RESPONSABILIDADE DA DESTINAÇÃO DOS MEDICAMENTOS EM DESUSO NO ESTADO DO PARANÁ E SEUS PROCEDIMENTOS.

JUSTIFICATIVA

Principalmente garantindo que estes medicamentos não sejam dispensados in natura a céu aberto, tanto em áreas urbanas e rurais, nos aterros sanitários convencionais ou ainda pior, que sejam na rede de esgoto.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, 02 de abril de 2012.


DEPUTADO ANDRÉ BUENO

PRESIDENTE


DUÍLIO GENARI

RELATOR

*Recebido
03/04/12
R*



COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 930/11

AUTOR: DEPUTADO LUIZ EDUARDO CHEIDA

SÚMULA: "Dispõe sobre a responsabilidade da destinação dos medicamentos em desuso no Estado do Paraná e seus procedimentos".

O autor do Projeto de Lei nº 930/11 nobre Deputado Luiz Eduardo Cheida - médico por formação e com grande experiência na área médico/farmacológica - propõe o presente com o objetivo de introduzir o princípio da responsabilidade compartilhada e solidária na captação, transporte e destinação com relação aos produtos e substâncias que têm sido encontrados em efluentes de Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs) e águas naturais com índices preocupantes na contaminação da água potável.


Esse princípio de responsabilidade compartilhada e solidária proposto pelo nobre Deputado Luiz Eduardo Cheida, envolvendo a cadeia de produção e consumo composto por farmácias, farmácias de manipulação, farmácias veterinárias, lojas de produtos animais, postos de saúde, hospitais, clínicas, consultórios, fabricante, importadores revendedores; pretende desonerar o Poder Público desta tarefa e garantir que esses resíduos sejam recolhidos de forma correta e armazenados, transportados e receberem destinação adequada e segura para a população.

Sabendo, ainda, que da elaboração do presente Projeto participaram o Conselho Regional de Farmácia - CRF, a Secretaria de Estado da Saúde - SESA e representantes dos distribuidores, apoiados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, cujas manifestações de apoio se encontram em anexo ao projeto.


Desta forma, enaltecendo o mérito do Projeto de Lei nº 930/11, de autoria do nobre Deputado Luiz Eduardo Cheida, somos de **PARECER FAVORÁVEL** à sua tramitação nesta Casa.

Sala das Comissões, em 11 de abril de 2012.


Deputada CANTORA MARA LIMA
RELATORA


DEPUTADO ELTON WELTER
PRES. EM EXERCÍCIO



ANTEPROJETO DE LEI N.º ²¹³/2012

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, até o montante de R\$ 138.450.000,00 a ser aportado no Fundo de Desenvolvimento Econômico – FDE e dá outras providências.

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito até o montante de R\$ 138.450.000,00 (cento e trinta e oito milhões, quatrocentos e cinquenta mil reais), junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Tais recursos serão voltados exclusivamente para viabilização da reforma e ampliação do Estádio Joaquim Américo, que sediará os jogos da Copa do Mundo de 2014, em consonância com a Resolução n.º 3.801 do Banco Central do Brasil, de 28 de outubro de 2009, e suas atualizações posteriores.

§ 1.º Os recursos oriundos da operação ora autorizada serão aportados no Fundo de Desenvolvimento Econômico – FDE e servirão exclusivamente para financiamento das obras, instalações e equipamentos do Estádio Joaquim Américo, observadas as condições estabelecidas na Lei Estadual n.º 16.733, de 27 de dezembro de 2010, e suas atualizações posteriores.

§ 2.º Os prazos de carência e amortização, a taxa de juros e demais encargos adicionais referentes à operação de crédito ora autorizada obedecerão às normas estabelecidas pelas autoridades monetárias encarregadas pela política econômica financeira da União, observadas as condições e normas fixadas pelo BNDES.

Art. 2.º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder garantia diretamente ao BNDES, do principal e dos encargos da operação de crédito a que se refere o artigo 1.º desta Lei, por qualquer forma em direito admitida, inclusive mediante cessão dos direitos e créditos relativos ou resultantes das cotas ou parcelas da participação do Estado na arrecadação da União, na forma do disposto no artigo 159, inciso I, alínea "a", e inciso II, da Constituição Federal.

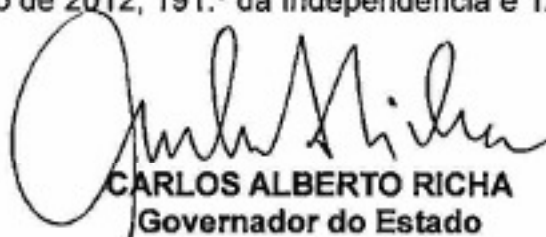
Parágrafo único. Caso a operação seja garantida pela União, fica o Poder Executivo autorizado a prestar contragarantia, mediante cessão ou vinculação, em caráter irrevogável e irretratável, de modo *pro solvendo*, das receitas próprias a que se referem os artigos 155 e 157 da Constituição Federal, bem como dos direitos e créditos relativos a cotas ou parcelas da participação do Estado nos recursos arrecadados pela União, de que trata o artigo 159, inciso I, alínea "a", e inciso II, da Constituição Federal, na forma do artigo 167, § 4.º, da mesma Constituição, ou outros recursos que, com idêntica finalidade, venham a substituí-los.

Art. 3.º Deverão ser consignadas dotações próprias no Orçamento Geral do Estado para o pagamento do serviço da dívida decorrente da operação de crédito autorizada por esta Lei.

Art. 4.º Fica o Poder Executivo autorizado a firmar acordos, convênios e contratos necessários à implementação do referido projeto, bem como promover as modificações orçamentárias que se fizerem necessárias ao cumprimento do disposto nesta Lei.

Art. 5.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, 9 de maio de 2012, 191.º da Independência e 124.º da República.



CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

MENSAGEM N.º 26 /12

Curitiba, 9 de maio de 2012

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que autoriza o Estado do Paraná a contratar operação de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, até o montante de R\$ 138.450.000,00, a ser aportado no Fundo de Desenvolvimento Econômico – FDE, bem como adota outras providências.

Considerando que a Lei n.º 16.733, de 27 de dezembro de 2010, autoriza o Estado do Paraná a apoiar financeiramente projeto de interesse público e coletivo, com vistas à realização da Copa das Confederações e da Copa do Mundo de Futebol FIFA 2014, envolvendo obras de infraestrutura, viárias, de melhoria, de ampliação e reforma do estádio do evento, indicado pelo Estado e aprovado pela FIFA, bem como outras ações julgadas necessárias.

Considerando que o Brasil foi escolhido pela FIFA como país sede da Copa das Confederações FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014, bem como o Município de Curitiba foi selecionado como uma das 12 (doze) cidades-sede das competições, e que o Estádio Joaquim Américo sediará os jogos da Copa do Mundo de 2014, consoante a Resolução n.º 3.081, do Banco Central do Brasil, de 28 de outubro de 2009.

Considerando, ainda, que o Estado do Paraná, em decorrência do convênio celebrado com o clube respectivo e Município, ao buscar alternativas de recursos para aportar ao FDE, conclui que a melhor solução seria o financiamento do Programa PROCOPA ARENAS do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, utilizado por todos os demais estádios que antecederam o projeto de Curitiba.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR

lhph/Protocolo n.º 11.355.162-6

PARANÁ

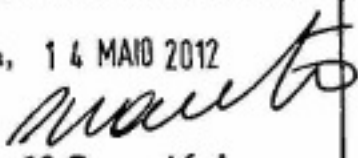
GOVERNO DO ESTADO

Gabinete do Governador

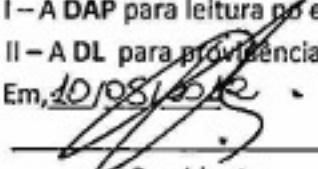
Concluindo, em vista das considerações acima explanadas e em estudos técnicos, estimativas e compromissos assumidos pelo Estado e Município, perante a FIFA e o Comitê Organizador Brasileiro para a consecução do objetivo de sediar e realizar em Curitiba o evento Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014, entende-se como necessária e imprescindível a autorização para a contratação do financiamento do Programa PROCOPA ARENAS com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Isto posto, certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.
Em, 14 MAIO 2012

1º Secretário

Palácio Iguaçu – Curitiba, 9 de maio de 2012
OF CEE/G 117/12

I – À DAP para leitura no expediente
II – A DL para providências.
Em, 10/08/2012

Presidente

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem relativa ao Anteprojeto de Lei que autoriza o Estado do Paraná a contratar operação de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Atenciosamente,


CARLOS ALBERTO RICHIA
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR

CEE/SRGVF/JC



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 213/12

Projeto de Lei nº. 213/12

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 026/12

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, até o montante de R\$ 138.450.000,00 a ser aportado no Fundo de Desenvolvimento Econômico – FDE e dá outras providências.

EMENTA: AUTORIZA PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO JUNTO AO BNDES ATÉ O MONTANTE DE R\$ 138.450.000,00 A SER APORTADO NO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – FDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 24 CF. ARTS. 65, 87, 133 E 134 DA CE. ARTS. 40, 43 E 46 DA LEI FEDERAL 4.320/64. ARTS. 14, 15, 29 E 32 LC 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo tem como escopo autorizar o Poder Executivo a contratar operação de crédito, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, até o montante de R\$ 138.450.000,00, a ser aportado no Fundo de Desenvolvimento Econômico – FDE e dá outras providências.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.
Parágrafo único: Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifos nossos)

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifos nossos)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Com efeito, a Constituição Federal em seu artigo 24, inciso II estabelece:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:
II - orçamento;

Além disso, podemos verificar a adequação do proponente às normas pertinentes. Nesse ponto dispõe a Constituição do Estado do Paraná:

Art. 133. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

II - as diretrizes orçamentárias anuais;

III - os orçamentos anuais.

§ 3º. A lei de diretrizes orçamentárias, de caráter anual, compreenderá:

VI - os ajustamentos do plano plurianual decorrentes de uma reavaliação da realidade econômica e social do Estado;

Art. 134. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pela Assembleia Legislativa. (grifo nosso)

O projeto de lei ora em tela, objetiva autorizar o Poder Executivo a contratar operação de crédito, nos termos do artigo 43, § 1º, inciso IV, da Lei Federal nº 4.320 de 1964:

Art. 40. São créditos adicionais; as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

(...).



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



§ 1º - Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

II - os proventos de excesso de arrecadação;

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las.

Art. 46. O ato que abrir crédito adicional indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa, até onde for possível. (grifos nossos)

A Lei Complementar Federal nº 101/00, conceitua operação de crédito:

Art. 29. Para os efeitos desta Lei Complementar, são adotadas as seguintes definições:

III - operação de crédito: compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações semelhantes, inclusive com o uso de derivativos financeiros;

Equipara-se a operação de crédito a assunção, o reconhecimento ou a confissão de dívidas pelo ente da Federação, sem prejuízo do cumprimento da exigência dos arts. 15 e 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal:

Art. 15. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos arts. 16 e 17.

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Cabe ao Ministério da Fazenda verificar o cumprimento dos limites e as condições à realização da operação de crédito, conforme determina o art. 32 da Lei Complementar supramencionada:

Art. 32. O Ministério da Fazenda verificará o cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito de cada ente da Federação, inclusive das empresas por eles controladas, direta ou indiretamente.

§ 1º O ente interessado formalizará seu pleito fundamentando-o em parecer de seus órgãos técnicos e jurídicos, demonstrando a relação custo-benefício, o interesse econômico e social da operação e o atendimento das seguintes condições:

I - existência de prévia e expressa autorização para a contratação, no texto da lei orçamentária, em créditos adicionais ou lei específica;

II - inclusão no orçamento ou em créditos adicionais dos recursos provenientes da operação, exceto no caso de operações por antecipação de receita;

III - observância dos limites e condições fixados pelo Senado Federal;

IV - autorização específica do Senado Federal, quando se tratar de operação de crédito externo;

V - atendimento do disposto no inciso III do art. 167 da Constituição;

VI - observância das demais restrições estabelecidas nesta Lei Complementar.

Ademais, é preciso observar que a Constituição Estadual aduz que compete privativamente ao Governador do Estado iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



bem como realizar as operações de crédito previamente autorizadas pela Assembleia, nos termos do artigo 87, vejamos:

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:
IV - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos
previstos nesta Constituição;
XIX - realizar as operações de crédito previamente
autorizadas pela Assembleia (grifos nossos).


Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

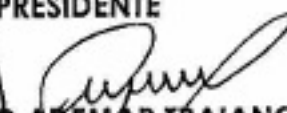
Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.


CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 22 de maio 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
RELATOR


ELCIO RUSCH


Assinatura


Assinatura



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 213/12

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo artigo 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 026/12 que objetiva autorizar o Poder Executivo a contratar operação de crédito, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, até o montante de R\$138.450.000,00 (cento e trinta e oito milhões, quatrocentos e cinquenta mil reais), a ser aportado no Fundo de Desenvolvimento Econômico – FDE e dá outras providências

Preliminarmente denota-se que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Elio Rusch e após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a enaltecer a iniciativa, nada encontrando que possa obstar a normal tramitação processual legislativa.

Observe-se também, que o objeto do Projeto em tela, está em consonância com a Lei nº 16.733, de 27 de dezembro de 2010, que autoriza o Estado do Paraná a apoiar financeiramente projeto de interesse público e coletivo, com vistas à realização da Copa das Confederações e da Copa do Mundo de Futebol FIFA 2014, envolvendo obras de infraestrutura, viárias, de melhoria, de ampliação reforma do estádio do evento, indicado pelo Estado e aprovado pela FIFA.

Denota-se ainda, que a matéria objeto do presente Projeto de Lei, não fere a Lei Complementar Federal nº 101/00, e, obedece aos ditâmes da Lei Orçamentária Federal nº 4320/64.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças





De igual modo, constata-se que a Constituição do Estado em seu art. 87, ressalta que a iniciativa privativa de matérias dessa natureza é do Governador do Estado.

Isto posto, nada encontramos que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 23/05/12


DEPUTADO FRANCISCO BUARQUE
PRESIDENTE


DEPUTADO ADEMIR BIER
RELATOR







PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 213/12

Autoria: - Poder Executivo

I — RELATÓRIO

O Projeto de Lei acima epigrafado foi encaminhado pelo chefe do Executivo Estadual, acompanhado da Mensagem n.º 26/2012, para este Legislativo, a fim de ser apreciado e votado pelos pares desta Casa, e tem como proposta *“autorizar o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDS até o montante de R\$ 138.450.000,00 (cento e trinta e oito milhões, quatrocentos e cinquenta mil reais), a ser aportado no Fundo de Desenvolvimento Econômico – FDE.*

Os recursos de que trata esta operação de crédito deverá apoiar projetos com vistas à realização da Copa das Confederações e da Copa do Mundo de Futebol FIFA 2014, envolver obras de infraestrutura, viárias, de melhoria, de ampliação e reforma do estádio do evento, indicado pelo Estado e aprovado pela FIFA.

A autonomia do Poder e a sua função fiscalizadora devem ser sempre mantidas, para que o papel das Instituições tenha legitimidade na consolidação do processo democrático. Assim a definição de limites e/ou critérios aprovados pelos instrumentos legais é a garantia de que este Legislativo exerce com plenitude o seu papel constitucional.

É o parecer

II — DA FUNDAMENTAÇÃO DO PARECER

A proposta ora em análise tramitou pelas Comissões de Constituição e Justiça e Finanças sendo que seus relatores exararam parecer favorável pela

[Assinatura]



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
CENTRO LEGISLATIVO PRESIDENTE ANÍBAL KHURY
COMISSÃO DE ORÇAMENTO



constitucionalidade e legalidade, sendo aprovado por unanimidade nas
Comissões.

A autorização legislativa para a abertura de crédito especial ora proposta encontra-se embasada no inciso V, do artigo 135 da Constituição Estadual que diz:

"Art. 135 São vedados:

V – a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes."

III — CONCLUSÃO

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar no projeto de lei em epígrafe, conforme preceitua o § 4º, do artigo 33 do Regimento Interno, nosso parecer é favorável.

Sala de Reunião das Comissões, 23 de maio de 2012.

DEP. NEREU MOURA
PRESIDENTE

DEP.

RELATOR Pr. Edson